



## **Política agroecológica: discussões acerca da cena roraimense** *Agroecological policy: discussions about the Roraima scene*

MENEZES, Igor Calazans Duarte de<sup>1</sup>; ALVES, Bernard José Pereira<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> UFRR, [igor.calazans@ufrr.br](mailto:igor.calazans@ufrr.br); <sup>2</sup> IFRR, [bernardipa@gmail.com](mailto:bernardipa@gmail.com)

### **RESUMO EXPANDIDO**

#### **Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia**

**Resumo:** Ao longo da história a agroecologia vem ampliando seu escopo epistemológico, a ponto de extrapolar a ciência e colocá-la numa nova práxis socioambiental. Desde os anos 1980, sua importância científica e tecnológica é demarcada, tal qual seu papel como movimento social, com reflexão teórica aprofundada no manejo dos agroecossistemas. No caso brasileiro, culmina-se com o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2012), incorporando questões históricas dos movimentos sociais rurais. No entanto, sua inserção em Roraima enfrenta resistência. Por meio de entrevistas semiestruturadas com atores ligados à temática, buscou-se compreender as percepções acerca desta em suas relações interinstitucionais. Observa-se um avanço teórico, porém desconectado das decisões políticas. É urgente repensar o agroecossistema roraimense, sobretudo pelo potencial amazônico em promover soberania alimentar por meio de sistemas descentralizados, baseados em práticas agroecológicas.

**Palavras-chave:** políticas públicas; soberania alimentar; produção orgânica; Amazônia.

### **Introdução**

O processo produtivo de alimentos, dito agricultura, é constituinte central para o entendimento dos sistemas agroalimentares. Em meados de 1960 esse processo passou por uma quase que forçada “modernização” sob o julgo de uma intensa industrialização, denominada “Revolução Verde”. Essa transformação foi baseada no uso intensivo dos recursos naturais na produção agrícola, elevando a agricultura a um patamar industrial de exploração, com consequente acentuação do processo de degradação ecológica, cultural e de exploração social (GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ de MOLINA e SEVILLA GUZMÁN, 2000).

Na contramão desse processo hegemônico, surge, em nome da agroecologia, certas discussões em torno de uma ciência que aplicasse os conceitos e os princípios ecológicos para o estudo e manejo dos sistemas agrícolas, gerando base científica para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável (GLIESSMAN, 1990; EMBRAPA, 2006). Somente a partir dos anos 2000, sob forte influência de pesquisadores europeus, que a agroecologia passa a propor uma rediscussão dos agroecossistemas com olhar mais atento às dimensões além da ecológica e técnico-agronômica, como a socioeconômica, cultural e sociopolítica.

No Brasil, ocorre um longo processo de luta, iniciado ainda na década de 1970, com as Comunidades Eclesiais de Base e os movimentos de agricultura alternativa.



Assim, a agenda agroecológica foi sendo construída e colocada em pauta pelos múltiplos movimentos sociais camponeses (MOURA, 2016; SAMBUICHI *et al.*, 2017). Apenas em 2012, em resposta à reivindicação apresentada pelas mulheres do campo e da floresta durante a 4ª Marcha das Margaridas (2011), surge a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) por meio do Decreto presidencial nº 7.794 (BRASIL, 2012).

Este trabalho é fruto de dissertação defendida em 2022, na qual se investigou as percepções de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Agroecologia de interlocutores, vinculados a essas agendas programáticas, por meio das narrativas e do poder decisório nas múltiplas relações interinstitucionais em Roraima (RR).

O estudo buscou contribuir para com as discussões acerca do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, sensíveis à nutrição, assentados em desenhos agroecológicos capazes de proporcionar qualidade de vida, além de sustentabilidade econômica e ambiental dos agroecossistemas (ALTIERI, 2004), tendo como *lôcus* de pesquisa a região amazônica, mais especificamente, o estado de RR. O clima de cerrado amazônico, a economia centrada no orçamento público e a mescla étnica entre migrantes de diferentes regiões do Brasil e indígenas, tornam RR, e sua tríplice fronteira, uma região com desafios na implementação de políticas intersetoriais, dado a complexa conjuntura em que a arena, a agenda, o poder decisório e político se encontram.

Este resumo apresentará breve contexto político recente da agroecologia no Brasil, bem como as algumas discussões alçadas a partir das falas dos interlocutores roraimenses, relacionadas à agroecologia e à produção orgânica.

## Metodologia

A busca pelos interlocutores, ora estatais, ora da sociedade civil, se deu por meio de contato e acesso prévio a alguns atores que auxiliaram na localização e apontamento de outros sujeitos que possuíam conhecimento da comunidade e dos fenômenos de interesse na investigação desta pesquisa, para, só então, haver a saída de campo para recrutá-los, perfazendo a técnica conhecida por *snowball sampling* ou “Bola de Neve” (VINUTO, 2014).

Por ser qualitativa, as entrevistas debruçaram-se em buscar significados, crenças, valores e atitudes nas falas e comportamentos dos interlocutores (MINAYO E MINAYO-GOMÉZ, 2003), a fim de compreender as nuances entre estes comportamentos e seus contextos sociais específicos (GASKELL, 2002), buscando alçar correlações entre a história de vida dos atores sociais e sua compreensão dos fenômenos sociais, culturais e políticos relacionados a SAN e Agroecologia em Roraima.

Ressalta-se que, no tocante ao cuidado ético, a pesquisa buscou cumprir as exigências previstas na Resolução nº 510, de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), sendo submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima (CEP-UERR), e devidamente aprovado pelo CEP, recebendo CAAE sob o número 48569621.4.0000.5621. Optou-se por preservar o anonimato dos atores, registrando-se apenas suas iniciais, e sua posição social que ocupam na cena roraimense.



## Resultados e Discussão

A dissertação realizou levantamento bibliográfico e documental, a fim de compreender os antecedentes históricos e os aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda de políticas públicas no Brasil, que culminou na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Observa-se que, no Brasil e no resto do mundo, a construção teórica e política ocorrida em torno da agroecologia e da produção orgânica, ocorre como parte de um processo de contestação contínua ao sistema agroalimentar hegemônico.

Apesar da turbulência institucional e política, lança-se em 2016 o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que se destaca, pois, tal qual o primeiro, se insere no PPA do governo federal. Para Trovatto *et al.*, (2017), isso só foi possível por uma conjunção de forças excepcionais, ora pelo protagonismo do movimento agroecológico, ora pela abertura dos programas de governo. Zanon (2021) reforça que a interlocução das pastas e agendas que cercam a temática agroecológica possuem desafios e potencialidades que perpassam, sobretudo, o contexto sociocultural dos múltiplos atores envolvidos e o amplo espectro teórico e metodológico na aplicação das ações públicas.

Nos últimos anos, o Governo Bolsonaro não deu seguimento à PNAPO com a necessária atualização do PLANAPO, dando prioridade quase que integralmente às oligarquias agrárias, envolvidas diretamente em produzir *commodities*, à base de muito aditivo químico, com pouca ou nenhuma mão de obra, envolvendo-se com o mercado financeiro, e sem qualquer preocupação em produzir alimentos saudáveis e sustentáveis para a população brasileira. Em junho de 2023, o novo Governo Lula reabriu as instâncias participativas da PNAPO, dando novo fôlego ao processo de reconstrução da Política.

Diante da diversidade de elementos, este resumo concentra atenção às temáticas transversais que se sobressaíram nas falas dos interlocutores, relacionadas à agroecologia e à produção orgânica.

A origem conceitual da agroecologia percorreu um longo processo até se tornar práxis da revisão dos agroecossistemas sob um olhar mais atento às dimensões além da ecológica e técnico-agronômica, como a socioeconômica, cultural e sociopolítica. Um dos interlocutores nos chama a atenção de que agroecologia não pode ser confundida com produção orgânica, pois caso contrário, seria mera substituição de insumos:

A agroecologia é um movimento político, um movimento social, de bem comum, né, de cuidado social, de alimento para todos, né, não é essa coisa elitizada. (...) Para você ser agroecológico você necessariamente tem que ser orgânico, mas o contrário não é necessário. (T, R. O. ativista agroecológica/ANA)

Se, no Brasil e no mundo, o amadurecimento do tema ocorreu de forma lenta, ao que parece, em Roraima, ele sequer aconteceu. O campo agroecológico em RR possui peculiaridades sociais e históricas que podem explicar este fenômeno. Essas características particulares foram observadas por um interlocutor e podem iniciar reflexões para compreender o porquê, ainda em 2022, Roraima se situa entre os poucos estados da federação que não possui um aparato normativo e institucional em interface com a agroecologia e a produção orgânica (GUÉNEAU *et al.*, 2019).

[a agroecologia] vem de fora. Totalmente [importada]. Porque, veja, a nossa dinâmica é diferente. A nossa dinâmica é dinâmica de fronteira, né. A nossa... a



nossa estrutura é a utópica, vamos dizer assim, né, nossa estrutura local é basicamente famílias tradicionais e indígenas, né. E ainda na dinâmica de assentamento, é... de Espinha de Peixe, que é uma coisa horrível, uma coisa, né. Mas você não tem ali uma unidade, você não tem comunidades fortes. (grifo nosso) (R, G. S. - ativista agroecológico)

O debate acerca da construção e implementação de uma política estadual de agroecologia e produção orgânica permeou a fala de diversos atores. Tal qual em relação ao PLANSAN, findo o último PLANAPO, programado para o Plano Plurianual 2016-2019, não houve quaisquer movimentos em torno de sua atualização e/ou construção de um novo plano para o próximo ciclo. Cenário nacional que se reverbera em Roraima, onde sequer havia implantada alguma política sólida direcionada à agroecologia.

Não tem política pública nenhuma, não tem nenhum programa voltado para a agroecologia, de transição agroecológica de apoio à agricultura familiar, não tem. Então isso dificulta muito (...) A principal demanda é ter política pública aqui. Tem que trabalhar em cima da formação de redes, entendeu, para apoiar, para poder forçar a gestão municipal, entendeu, a gestão estadual (T, R. O. ativista agroecológica/ANA);

\*\*\*

A dimensão de política pública em Roraima é toda voltada para o agronegócio, né. Você não tem em Roraima uma política de agroecologia (T, I. N. docente UFRR).

É sabido que desde 2019, até a construção do presente texto, há uma minuta para a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO-RR) estagnada num setor jurídico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, sob a justificativa de que a pandemia atrapalhou a sequência dos trabalhos. Caporal e Costabeber (2007) nos reforçam que promover a soberania e a autonomia de pequenos produtores são elementos-chave no fazer agroecológico. A fala do ex-professor e atual coordenador da CPOrg-RR, aponta nesse sentido, ao questionar o formato de atuação do poder público em fazer extensão rural.

A gente precisa avançar na agroecologia como agente transformador. [agente] de produção política. Sabe, a agroecologia de empoderamento de uma comunidade, de falar com o poder público de igual para igual, falar: 'olha, eu quero um curso disso, eu não quero que traga curso de plantação de melancia de novo, sabe, eu quero um curso de produção de biofertilizante', por exemplo. (R, G. S. - ativista agroecológico)

Para Mattei (2014) a agricultura familiar deveria ser pensada como protagonista na produção de alimentos saudáveis, pois aliam a capacidade de implementar técnicas que se utilizam dos serviços ecossistêmicos naturais, além de promoverem o desenvolvimento socioeconômico da região em que estão inseridos. Ao que se denota, entende-se que para o governo de RR, a agricultura familiar deveria ser uma extensão do agronegócio produtora de commodities exportadores, sem preocupação direta com o equilíbrio socioambiental.

## Considerações

É fato que a agroecologia, enquanto ciência, movimento ou técnica, segue em disputa nas distintas arenas sociais. Observa-se uma constante ampliação de seu



escopo epistemológico, a ponto de extrapolar a ciência e colocá-la numa nova práxis de vida em sociedade e com o ambiente.

Apesar de avanço no PIB, Roraima perpetua um modelo de desenvolvimento agrário muito semelhante em outros estados nortistas, como Pará e Amapá, onde o avanço da fronteira agrícola se dá por base na monocultura de exportação até o esgotamento do solo e posterior avanço da pecuária extensiva. Nessa toada, SAN e agroecologia seguem como objetos estranhos e distantes. Por ora, conforme observaram Guéneau *et al.* (2019), no campo do movimento agroecológico roraimense também se observa uma fragilização das coalizões o que amplia as tensões latentes entre os atores envolvidos com a temática.

Eric Sabourin (2018) nos ajuda a refletir sobre o momento ao propor que tanto a regressão democrática quanto o dismantelamento de políticas públicas são fenômenos que tem consequências comuns e/ou cruzadas, tornando estratégico inovar no ativismo, bem como nas instâncias participativas. Acreditamos então, que esses espaços de diálogo, vide CONSEA-RR e a CPOrg-RR, deveriam ampliar o olhar sobre o desenho de governança, a participação social e a intersectorialidade, a fim de se aproximarem das pessoas envolvidas nos sistemas alimentares roraimenses.

Por fim, reforçamos que urge repensar os sistemas alimentares vigentes, sobretudo por entendermos que Roraima ainda tem uma oportunidade de promover SAN por meio de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis, em toda cadeia alimentar. É inegável que a agroecologia se torna cada vez mais um conceito chave na projeção de sistemas alimentares saudáveis, visto que alia ciência, cultura, e forte potencial de transformar a realidade, apresentando por si só fortes conexões e rápidos resultados na concretização dos princípios do Direito Humano a Alimentação Adequada.

### Referências bibliográficas

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2004, 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. *Diário Oficial da União*, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016.** Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATERIICA, 2007.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia.** Brasília: Embrapa, 2006.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (p.64-89). Petrópolis: Vozes. 2002.



GLIESSMAN, S. R. (Ed.). **Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture**. Ecological Studies, v. 78, p. 3-10, 1990.

GUÉNEAU, S. *et al.* 2019. **A Construção das Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. *Revista Brasileira de Agroecologia*. 14(2):15. Disponível em: <<https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/22957/14244>>. Acesso em: 10 dez 2019.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ de MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000. 535 p.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MOURA, I. *Agroecologia na agenda governamental brasileira: trajetórias no Período 2003-2014*. Tese (Doutorado). 2016. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Inovação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, Seropédica-RJ, 2016.

SABOURIN, E. Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e a agroecologia na América Latina. In: **Seminário Políticas Públicas para o Meio Rural Brasileiro no Período Recente: Mudanças, Continuidades e Rupturas** (Anais). Rio de Janeiro: CPDA, 2018.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Eds.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil. Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA. 2017. 463 p. Disponível em <[https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/livros/livros/144174\\_politica-nacional\\_WEB.PDF](https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/livros/livros/144174_politica-nacional_WEB.PDF)> Acesso em: 20 jan. 2020.

TROVATTO, C. M. M. *et. al.* A construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et. al.*, (org.). (2017). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>> Acesso em: 21 jan. 2020.

ZANON, R. S. Política nacional de agroecologia e produção orgânica: breve análise da implementação no estado do Rio Grande do Sul. BNDES setorial, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. [143]-183, set. 2021. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/21523/1/PR\\_BS\\_n.54\\_Agroecologia\\_215339.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/21523/1/PR_BS_n.54_Agroecologia_215339.pdf)> Acesso em: 24 fev. 2022.